Versão *On-line* ISBN 978-85-8015-075-9 Cadernos PDE

VOLUME II

OS DESAFIOS DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE NA PERSPECTIVA DO PROFESSOR PDE Produções Didático-Pedagógicas









GOVERNO DO PARANÁ SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL – PDE

MÁRCIA SIRLEI BARBOSA FELDAUS

Matemática Financeira Aplicada à Educação Fiscal

IES: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE

ORIENTADORA: PROF^a MS. RENATA CAMACHO BEZERRA ÁREA CURRICULAR: MATEMÁTICA

> TOLEDO 2013

FICHA PARA IDENTIFICAÇÃO PRODUÇÃO DIDÁTICO – PEDAGÓGICA

TURMA - PDE/2013

Título: Matemática Financeira Aplicad	a à Educação Fiscal
Autor	Márcia Sirlei Barbosa Feldaus
Disciplina/Área	Matemática
Escola de Implementação do Projeto	Escola Estadual Augustinho Donin
e sua localização	
Município da escola	Toledo
Núcleo Regional de Educação	Toledo
Professor Orientador	Prof ^a Ms. Renata Camacho Bezerra
Instituição de Ensino Superior	Universidade Estadual do Oeste do Paraná -
	UNIOESTE (Campus de Foz do Iguaçu)
Relação Interdisciplinar	Cidadania, Consciência Social e Cotidiano.
Resumo	No Ensino Fundamental o conteúdo de matemática financeira tem como objetivo
	relevante estabelecer um parâmetro de
	conhecimento com a prática do dia a dia.
	Buscamos então a construção do conhecimento
	sobre a Educação Fiscal através de leituras,
	vídeos, palestra e outros meios para o
	desenvolvimento de ações pedagógicas centradas na realidade da comunidade escolar.
	Pretendemos esclarecer a importância de
	estarmos atentos ao pedido das Notas Fiscais e
	da necessidade do consumo consciente,
	podendo acompanhar o destino que se dá aos
	impostos arrecadados, incluindo o aprendizado
	da matemática financeira como conteúdo
	estruturante. Visando a conscientização da
	comunidade escolar, o projeto culmina com uma
	apresentação aberta à comunidade dos
	resultados do presente projeto através de uma
	feira de impostos.
Palavras-chave (3 a 5 palavras)	Educação Fiscal; Cidadania; Matemática.
Formato do Material Didático	Unidade didática
Público Alvo	Alunos do 7º ano das turmas da manhã e da
	tarde.

INTRODUÇÃO

A MATEMÁTICA FINANCEIRA APLICADA À EDUCAÇÃO FISCAL

Vivemos um momento de muitas transformações, onde o avanço tecnológico, a facilidade de créditos na economia brasileira para a classe média baixa, nos tornam cidadãos mais cultos e consequentemente mais críticos no sentido de requerer e exigir nossos direitos e a necessidade da população em obter atendimento na saúde, na questão social e principalmente na educação. Tendo como base o exposto, este projeto busca esclarecer a importância dos impostos na condução da vida de cada um. Onde perguntas como: Por que pagamos impostos? Que impostos pagamos? Quanto pagamos? são esclarecidas no intuito de tornar este um trabalho de conscientização na formação da consciência tributária dos nossos alunos, bem como no ensino da matemática em relação aos conteúdos de estatística, porcentagem e juros compostos.

ATIVIDADES

Construção do conhecimento sobre a Educação Fiscal através de leituras, vídeos, palestras e outros meios para a aquisição das informações necessárias para o desenvolvimento de ações pedagógicas centradas na realidade da comunidade escolar.

ATIVIDADE 1.

Carga horária: 2 horas aulas

- VÍDEO 1: Educação Fiscal¹. (30 minutos).

Resgatar através desse vídeo o conceito de Cidadania: Direitos e Deveres.

Procedimentos:

1) Debate com os alunos sobre o tema.

- 2) Baseado no vídeo Educação Fiscal e no Debate, responda as seguintes questões:
 - a) Qual é o assunto principal do vídeo?

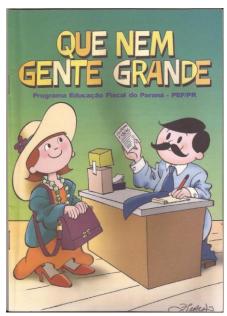
http://tvescola.mec.gov.br/index.php?option=com_zoo&view=item&item_id=3003

- b) Cidadania é o exercício dos direitos e deveres civis, políticos e sociais estabelecidos na constituição. Os direitos e deveres de um cidadão devem andar sempre juntos, uma vez que ao cumprirmos nossas obrigações permitimos que o outro exerça também seus direitos. Exercer a cidadania é ter consciência de seus direitos e obrigações e lutar para que sejam colocados em prática.²
 - Analisando a citação, você se considera um bom cidadão? Por quê?
- c) Destaque alguns direitos que são relevantes para você como cidadão.
- d) Escreva alguns deveres diários executados por você.

ATIVIDADE 2.

Carga horária: 1 hora aula

LIVRO: QUE NEM GENTE GRANDE³. Investigar através da leitura o interesse e a compreensão dos alunos sobre Notas Fiscais.



Procedimento:

 Como atividade para casa, pedir para que os alunos escrevam o que mais lhes chamou atenção na leitura.

² http://www.significados.com.br/cidadania/

³ PARANÁ. Que Nem Gente Grande. Programa de Educação Fiscal do Paraná – PEF/PR, s.d.

ATIVIDADE 3.

Carga horária: 2 horas aulas

- VÍDEO 2: "Que Nem Gente Grande" (20 minutos) é um desenho animado

de Ziraldo com a Turma do Menino Maluquinho, sobre a importância dos

documentos fiscais, a fim de trabalhar Educação Fiscal com as crianças.

Pretende-se de forma simples e divertida apresentar aos alunos a importância

de pedir as notas fiscais no ato das compras.

Procedimento:

1) O conteúdo do vídeo "Que nem gente grande" é o mesmo do livro da

atividade dois. Debater com os alunos sobre o vídeo.

ATIVIDADE 4.

Carga horária: 2 horas aulas

PALESTRA: Os Impostos nossos de cada dia.

Palestrante: Contador Lucas Wolfart

Pretende-se com a palestra promover uma reflexão sobre a importância dos

direitos e deveres como cidadão.

Procedimento:

1) Espaço para questionamentos.

ATIVIDADE 5.

TEXTO: "QUEM PAGA A CONTA?" 5

Carga horária: 3 horas aulas

Conscientizar os alunos quanto à importância dos tributos e da fiscalização de

seu recolhimento e utilização.

Procedimento: Interpretação do texto

4 http://www.youtube.com/watch?v=INBWFbfljtl

QUEM PAGA A CONTA?5

No município em que moramos, usufruímos, por exemplo, de praças, ruas iluminadas, postos de saúde, serviço de saneamento, escolas e bibliotecas. Esses serviços, chamados públicos, são custeados por meio dos tributos arrecadados pelos governos municipal, estadual e federal. Nas mais diversas atividades que realizamos diariamente, como na compra de um produto ou serviço, está embutido nos preços pagos uma série de tributos. Somos, assim, chamados contribuintes do sistema público.

O ato de pagar tributos é antigo e está relacionado à ideia de beneficiar a todos da comunidade. De acordo com o Código Tributário Nacional – Lei 5172/66 Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, veja o significado de tributo.

[...] Art. 3º:Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

[...] Art. 5°: Os tributos são impostos, taxas e contribuições de melhoria.

Na antiguidade, os tributos eram cobrados pela Coroa, que possuía o direito de explorar produtos monopolizados pelo Estado ou recolher parte do dinheiro arrecadado pelos produtores. No entanto, era de propriedade da realeza o que atualmente denominamos de patrimônio público.

A ideia é simples: os contribuintes pagam os tributos e o Estado se compromete a garantir, à comunidade, direitos e benefícios relacionados aos bens comuns.

Para conscientizar a população, principalmente aos jovens e adolescentes, sobre a responsabilidade fiscal, existe a Educação Fiscal. Por meio dela obtêm-se informações sobre qual é a função social dos tributos, o que é possível fazer para melhorar a qualidade de vida da comunidade, o porquê de exigir a nota fiscal ao realizar uma compra, e como os governos aplicam o dinheiro arrecadado.

Alguns dos principais tributos pagos pelos contribuintes brasileiros são: [...]

Confins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) – Cobrada pela União sobre o faturamento das empresas, se destina ao financiamento da saúde, previdência e assistência social).

ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços) — De competência estadual, incide sobre a circulação de produtos. Na compra do leite no

⁵ Arthur Guimarães. Educação fiscal é lição de cidadania e de matemática. Nova Escola. São Paulo: Abril, Ano 20, n. 187, Nov. 2005. P.56

supermercado, por exemplo, o tributo é recolhido, já que o produto foi transportado até o local. O valor está incluído no preço.

IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) — Cobrado, pelo governo federal, de indústrias ou empresas que modificam, aperfeiçoam ou alteram o funcionamento, a utilização, o acabamento ou a aparência do produto. O consumidor final já compra a mercadoria com o valor do tributo incluso.

IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) – Cobrado anualmente por meio de carnês. É um imposto municipal que incide sobre o uso do espaço das cidades. Em geral, quanto maior o imóvel, maior o valor cobrado pela prefeitura.

IR (Imposto de Renda) – Como o nome diz, incide sobre a renda. É cobrado sobre tudo o que o contribuinte ganhou (salários, pensões, aluguéis,...). Em alguns casos, depois de uma declaração de ajuste há a restituição feita pelo governo federal.

ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza) – É cobrado pelos municípios e pelo governo federal de quem presta serviços, como seguradoras de saúde, cabeleireiros e empresas de dedetização. Quem contrata os serviços paga o tributo incluído no preço.

ITR (Imposto Territorial Rural) – Tem a mesma essência do IPTU, mas se refere às propriedades rurais.

PIS (Programa de Integração Social) — Contribuição que incide sobre os trabalhadores com carteira assinada, com o objetivo de financiar o pagamento do seguro-desemprego e do abono para quem ganha até dois salários mínimos. A empresa recolhe a quantia, devolvendo ao trabalhador em ocasiões previstas em lei.

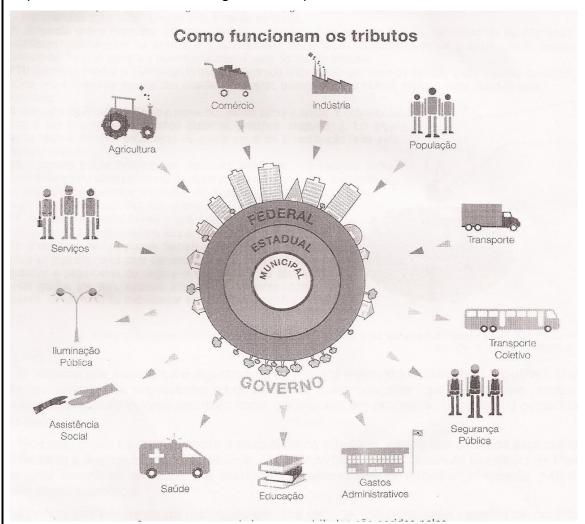
[...]

O sistema que administra e regulamenta os tributos é denominado sistema tributário. Quando nos referimos a um sistema tributário justo, queremos dizer que, nesse caso, todas as pessoas, das mais pobres às mais ricos, contribuem em proporção direta à sua capacidade de pagar.

No Brasil muito se discute sobre o atual sistema tributário, sendo que diversos especialistas defendem a realização de uma reforma. De acordo com o IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário), em 2009, por exemplo, o brasileiro teve de trabalhar, em média, 148 dias para pagar impostos.

Por fim, independentemente da realização de uma reforma tributária, uma maneira de contribuir para que nosso sistema tributário seja mais justo e

garantir que o dinheiro arrecadado seja revertido em benefícios aos cidadãos, é importante fiscalizarmos e exigirmos sempre a nota fiscal.



Os recursos arrecadados com os tributos são geridos pelos governos, que devem investir em bens comuns à população.⁶

Procedimentos:

- 1) Leitura dinâmica do texto.
- 2) Atividade descritiva:

Baseado no texto "Quem paga a conta", responda as seguintes questões:

- a) Qual é o assunto principal do texto?
- b) Quais os serviços públicos que usufruímos no nosso município?
- c) De acordo com o Código Tributário Nacional defina tributos.

⁶ Código Tributário Nacional – Lei 5172/66 Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Extraído do site: www.jusbrasil.com.br/legislação/12908/codigo-tributário-nacional-lei-5172-66. Acesso em 27 out. 2010.

- d) Descreva qual dos impostos citados você já conhecia?
- e) Sobre que tipo de serviços pagamos impostos\tributos?
- 3) Correção, análise e debate sobre as questões da atividade descritiva.

ATIVIDADE 6.

ATIVIDADE EXTRACLASSE.

Coletar notas fiscais dos produtos adquiridos por você e sua família e trazer para a sala de aula.

ATIVIDADE 7

Carga horária: 4 horas aulas

Definir Nota Fiscal

Apresentar e analisar os principais tipos de documentos fiscais destacando os impostos cobrados.

Procedimentos:

- 1) Recolher as notas fiscais arrecadadas pelos alunos.
- 2) Apresentação em multimídia do conteúdo abaixo:

O QUE É NOTA FISCAL?

É o documento de emissão controlada e autorizada pelo governo estadual ou municipal, que comprova a compra de um bem ou serviço, especificando os detalhes da compra, como por exemplo: adquirente, descrição dos produtos ou serviços vendidos, valor da venda, valor dos impostos a recolher.⁷

PRINCIPAIS TIPOS DE DOCUMENTOS FISCAIS⁸

⁷ http://alteration.blogs.uol.com.br Consulta em 20 mai 2013.

⁸ Imagem NF: http://www.abrasnet.com.br/clipping.php?area=20&clipping=35439 Em 15 set 2013.

COMERCIO DE ALIMENTOS LOJA DOS DESCONTOS Rua Souza Melo, 1245 Maua CNPJ:04.895.751/0001-74 IE:15.000.611-0	
03/04/2013 15:31:48 CCF:001757 COO:	004776
CUPOM FISCAL ITEM CÓDIGO DESCRIÇÃO QID.UN.VL UNIT(R\$) ST VL I	TEM(R\$)
001 21259003 DESOD SANIT PINH-SANIFECT	
1 X 1,09 T17,00% 002 57192502 QUEIJO MUSSARELA-GIROLAN	DA -KG
0,3 X 17,49 T17,00% 003 87224500 BATATA PALHA SLI-MICOS	-70G
3 X 2,29 T17,00% 004 57001707 SOB LACTEA CREAM-BATAVO	6,87G -200G
1 X 2,99 T17,00% 005 57002401 BL FERM POLPA MO-BATAVO	
1 X 3,09 T17,00%	3,09G
006 57005400 **BEBIDA LACTEA -PAULI 1 X 2,43 T17,00%	-600G 2,43G
Dinheiro	21,71 21,71
IMPOSTOS Valor=R\$7.22 Media=33.35%	
IBM 4610-KN4 ECF-IF VERSÃO:01.00.02 ECF:100 LJ:0001	
QQQQQQQQWUUTTTWYQ 03/04/2013 15:32:01 FAB:IB030800000008200130	BR

DATÁ DE RECEBIMEN	10	EDIN	PRICAÇÃO E ASS	SINATURA	DORECED	EDOR					NF-e N° 000.000.001 Série 1				
X	AV. AL. 19900-0	ISI SOL TINO ARANTES 00 OURINIOS: Fone: (14)3	. 131 - SALA 1 SP	Singe	Docume Nota Fic 0- ENTF 1- SAID Nº 000.		ar da inioa	CONTROLE DO F							
HATUREZA OPERAÇÃO VENDA PRODUÇÃO	DO EST	TAB.					-								
MSCRIÇÃO ESTADUAL 612117516115		100011110000000000000000000000000000000			2/0001-4		P-850-3379	90 DA HF→ PIC							
ESTINATÁRIO/REM	ETENTE	Ē.					16	-cal							
HOMERAZÃO SOCIAL MSI SOLUÇÕES						110	Nor F	05.937.6	; 576/0001-:	20	DATA DA EMESSÃO 02/04/2009				
ENDEREÇO Av. Dr. Altino Arantes	121 04				-2/5	Centro Centro	DIDISTRITO		CEP	0-000	DATA DA SAIDA / ENTRADA 02/04/2009				
MUNICIPIO	121 00		PONEFAX by	1610	C.C.	F	- la	NISCRIÇÃO ESTA		-000		e galor		_	
Ourinhos		a d	14)33DISPS		S							-			
ÁLCULO DO IMPOS															
BASE DE CÁLCULO O ICHI	00.00	VALOR DO ICIMS		7 - 7 - 7	MASE DE CA	rcaro po i		TITUS (WISLOR DO	ICMS SUBS	1 5 4 5 4	WALOR TO	OTAL DO	331000		
VALOR DO FRETE		R DO SEGURO	DESCONTO	0,00	Тоштвая	DESPESAS			171	0,00	VALOR TO	OTAL DA	20.000 NOTA	2,0	
0,00		0,00		0,00	3.50	000000000		00		0,00	2000000		20.000	0,0	
RANSPORTADORAV	OLUME	S TRANSPORT	TADOS												
HOMERAZÃO SOCIAL					9-EW 1-001	E POR CONT TENTE TINATÁRIO	0	CÓDIGO ANTT	PLACA D	o veicuulo ut	CNP	VCPF			
ENDEREÇO					MUNI					UF 9	CRIÇÃO E	STADUA	L	_	
ADOS DO PRODUTO	VAFRV	ico			4					0				—	
оболяков, овесянско во		-		HCM/S	GST OF	OP UNIDAD	UANTIDA	ORATIWU.WIC	V.TOTAL	BC3CNS	VICMS	VJP	ALIO	AU	
67 E.R.P MS					99 51	01 UN	1,0	20,000,00	20.000,00	20,000,00	3,600,0	0.0	ICMS 10 10,00	0.0	
ALCULO DO ISSON	÷			•									-		
		VALOR TOTAL D	os serviços			BASEDEC	ALCULO D	D ISSON	VALOR	TOTAL DO IS	SON				
INCRIÇÃO MUNICIPAL		0			•	2000			(45)					_	
INCRIÇÃO MUNICIPAL	3					Desc	RVADO AO	FISCO							
	ENTARES	ķ					26,000								

Para saber:

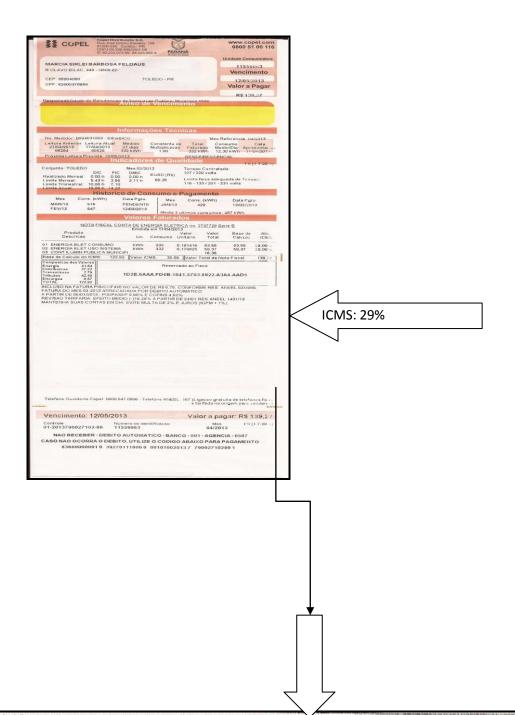
Publicada em dezembro de 2012, a lei (12.741/12), que entrou em vigor no dia 9 de junho deste ano, ainda precisa ser regulamentada pelo Ministério da Justiça.

Segundo a Lei, as notas fiscais deverão informar quanto o consumidor está pagando naquele produto de impostos, como:

- ICMS Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação;
- ISS Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza;
- IPI- Imposto sobre Produtos Industrializados;
- PIS Contribuição para o PIS-Pasep;
- COFINS Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.

⁹ Fonte: http://oglobo.globo.com/defesa-do-consumidor/nota-fiscal-deve-informar-valor-de-7-tributos-embutidos-no-preco-final-8638601 Consulta em 15 set 2013.

A Conta de Luz Explicada



INCLUSO NA FATURA PIS/COFINS NO VALOR DE R\$ 6,75, CONFORME RES. ANEEL 93/2006. FATURA DO MES 03-2013 ARRECADADA POR DEBITO AUTOMATICO A PARTIR DE 06/01/2013 - PIS/PASEP 0,98% E COFINS 4,52%.

Taxas e Tarifas - COPEL¹⁰

Em função da homologação pela Aneel das novas tarifas de energia, resultado do reajuste tarifário de junho de 2013, conforme resolução nº 1.565, de 9 de julho de 2013, com validade até 23 de junho de 2014, as tarifas de energia elétrica da Copel ficam, em média, reajustadas em 9,55%.

Importante ressaltar que as tarifas já estão disponibilizadas com os impostos (ICMS, PIS e COFINS) inclusos para facilitar o entendimento do consumidor.

CONVENCIONAL	Resolução ANEEL № 1565,					
	de 9 de julho de 2013					
Tarifa em R\$/kWh	Resolução ANEEL	com Impostos:ICMS e PIS/COFINS				
B1 - Residencial	0,26355	0,39631				
Vigência em 24/06/2013						

3) Análise das notas fiscais arrecadadas destacando os impostos cobrados e principalmente os impostos que pagamos quando fazemos compra "cesta básica" no supermercado em Toledo.

ATIVIDADE 8.

Carga horária: 4 horas aulas

GRÁFICOS. Traduzir o assunto abordado em uma linguagem simples e apresentar uma visualização mais compreensível.

Procedimentos:

- Análise das notas fiscais e sistematização de dados e representação em forma de tabelas.
- 2) Elaboração de gráficos de colunas identificando os impostos mais comuns.

¹⁰Fonte: http://www.copel.com/hpcopel/root/nivel2.jsp?endereco=%2Fhpcopel%2Froot%2Fpagcopel2.nsf%2Fdocs%2F23BF37E67261209C03257488005939EB Consulta em 20 set 2013.

- Sistematização dos impostos cobrados sobre os produtos mais comuns analisados.
- Confecção de cartazes dos gráficos e das siglas: ICMS, IPI, IOF, PIB, ISS, PIS e Cofins com seus significados;
- 5) Apresentação e exposição, na sala de aula, do material confeccionado.

ATIVIDADE 9.

Carga horária: 4 horas aulas

PORCENTAGEM. Oferecer aos alunos a oportunidade de rever conceitos básicos, despertando seu interesse na conscientização referente aos percentuais pagos por cada produto que compramos.

Procedimentos:

1) Definir porcentagem.

Porcentagem¹¹ é o valor que representa a quantidade tomada de outra, proporcionalmente a uma taxa.

Taxa é o valor que representa a quantidade de unidades tomadas em cada 100.

Exemplo:

 $\frac{80}{100} = 80\%$ (Esse numeral 80% é denominado taxa percentual)

2) Nos cupons fiscais, contas de água, luz e telefone, destacar os impostos pagos e calcular o percentual pago sobre cada um.

Exemplo:

¹¹ CRESPO, Antonio Arnot. **Matemática Comercial e Financeira fácil.** 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

O valor pago por uma compra no carrefour foi de R\$ 180,00. Baseado na informação da nota fiscal acima, 26,17% é de imposto. Qual o valor pago em reais?

R\$ %
$$180,00 100$$

$$X 26,17$$

$$1000x = 180.26,17$$

$$100x = 4710,6$$

$$x = 4710,6/100$$

$$x = 47,11$$

O valor pago é R\$ 47,11 de imposto.

ATIVIDADE 10. Discutindo os impostos (ICMS)

Carga horária: 2 horas aulas

Resolver situações problema que envolvam operações com porcentagem.

Procedimentos:

- Identificar os valores e o percentual de impostos a pagar em cada produto;
- 2. Calcular os impostos.
- 1. Veja estes produtos em promoção na Mercearia do Zezão¹²:



Calcule o ICMS que incide sobre cada um deles, sabendo que a alíquota de cálculo do imposto no estado do Paraná é:

☐ alimentos: 7%

□ bebidas: 12%

produtos de higiene: 12%

2. Estes produtos estão em promoção na Loja do Povão. Sabendo que o ICMS dos eletrodomésticos é de 7% e dos eletroeletrônicos, 12%, solucione as situações problema:

¹² Fonte: http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000016241.pdf Consulta em 15 set 2013.

LOJA DO POVÃO¹³



- *a*) Rodrigo e Jane estão trocando os eletrodomésticos da cozinha. Compraram a geladeira e o fogão.
 - $a_{\scriptscriptstyle 1}$) Quanto economizariam se adquirissem os produtos à vista e não parcelado em 13 vezes?
 - a_2) Mesmo sabendo que iriam gastar mais, por falta de dinheiro, optaram pelo plano mensal. Qual o valor total da compra? De quanto será cada prestação?
 - a_3) Que quantia será paga de ICMS?
- b) Já Renato adquiriu um novo televisor.
 - $b_{\rm l}$) Optando pelo pagamento em 4 vezes sem juros, qual será o valor de cada parcela?
 - b_2) Qual será o valor do ICMS?
- c) Sr Roberto levou um novo aparelho telefônico para casa?

¹³ Fonte: http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000016241.pdf Consulta em 15 set 2013.

 c_1) Para pagar, utilizou uma cédula de R\$ 50,00. Qual foi o troco?

 c_2) Ele não pediu a nota fiscal. Quanto o governo ficou sem arrecadar

de ICMS?

d) Você está trabalhando como fiscal da Receita e está supervisionando a loja.

 d_1) Verifique se a propaganda da venda parcelada sem juros da

sanduicheira é verdadeira:

 d_2) O preço a prazo do DVD está anunciado como R\$ 180,70. Esta

propaganda é enganosa?

 d_3) Qual deve ser o ICMS recolhido na venda da máquina de lavar à

vista? E a prazo?

 d_4) Na nota fiscal emitida pela venda do forno elétrico à vista, o ICMS

está discriminado no valor de R\$ 25,33. Está correto?

ATIVIDADE 11.

Carga horária: 4 horas aulas

ELABORAÇÃO DE UM IMPOSTÔMETRO.

Mostrar através da criação de um impostômetro dos produtos pesquisados uma

noção básica dos valores, em reais, arrecadados através dos impostos pagos

pelos cidadãos.

Procedimentos:

1) A partir das notas fiscais levadas pelos alunos, far-se-á a soma dos

valores pagos em impostos de todas as contas expostas, para que se

tenha ideia do montante, em reais, pagos periodicamente.

2) Confeccionar e expor cartazes pela Escola.

ATIVIDADE 12.

Carga horária: 4 horas aulas

EXPOSIÇÃO: FEIRA DE IMPOSTOS

Apresentar e expor na forma de uma Feira aberta a toda comunidade os

resultados obtidos no decorrer do projeto.

Procedimentos:

- 1) Dividir os alunos em grupos e atribuir as seguintes atividades:
 - a) Equipe1: Divulgação da feira;
 - b) Equipe 2: Preparar e expor os cartazes conscientizando sobre a importância de exigir as notas fiscais;
 - c) Equipe 3: Organização dos produtos da cesta básica pesquisados;
 - d) Equipe 4: Organização dos cupons fiscais arrecadados, como luz, água, telefone e outros.
- 2) Feira

AVALIAÇÃO

A Avaliação será contínua, observando-se o desenvolvimento das atividades propostas e a participação dos alunos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição República Federativa do Brasil.
Ministério da Fazenda. Escola de Administração Fazendária. Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF 3. Ed. Brasília: ESAF, 2008.
Programa Gestão da Aprendizagem Escolar – Gestar II. Matemática: Caderno de Teoria e Prática 1 – TP1: matemática na alimentação e nos impostos. Brasília: Ministério da educação, Secretaria da Educação Básica, 2008.
EDUCAÇÃO FISCAL NO CONTEXTO SOCIAL. Ministérios da Fazenda e da Educação Programa Nacional de Educação Fiscal Contexto social Brasília 2004.
Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer nº 004/1998. Brasília, 1998.
Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática. Brasília: MEC/SEF, 1998b.
FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FURTADO, Celso. Em Busca de um Novo Modelo. Reflexões Sobre a Crise Contemporânea. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GUIMARÃES, Arthur. Educação fiscal é lição de cidadania e de matemática. Nova Escola. São Paulo: Abril, Ano 20, n. 187, Nov. 2005. P.56

PARANÁ. Que Nem Gente Grande. Programa de Educação Fiscal do Paraná – PEF/PR, s.d.

_____. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Educação Básica. **Diretrizes curriculares da Educação Básica: Matemática**. Curitiba: 2008.

Consultas On line

http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais.pdf Consulta em 15 set 2013.

http://www.copel.com/hpcopel/root/nivel2.jsp?endereco=%2Fhpcopel%2Froot% 2Fpagcopel2.nsf%2Fdocs%2F23BF37E67261209C03257488005939EB Consulta em 20 set 2013.

http://www.esaf.fazenda.gov.br/educacao_fiscal/pnef/curso-de-disseminadores-de-educacao-fiscal Consulta em jun 2013.

http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=173 Consulta em jun 2013.

http://www.feiraodoimposto.com.br/produtos.html Consulta em jun 2013.

http://leaozinho.receita.fazenda.gov.br/biblioteca/Estudantes/Textos/HistoriaTributos.htm Consulta em jul 2013.

BRASIL. Estratégia Nacional de Educação Financeira – Plano Diretor da Enef. 2011a. Disponível em: http://www.vidaedinheiro.gov.br/legislação/Default.aspx. Acesso em: novembro 2011.

_____. Estratégia Nacional de Educação Financeira – Plano Diretor da Enef: anexos. 2011b. Disponível em: http://www.vidaedinheiro.gov.br/legislação/Default.aspx. Acesso em: novembro 2011.

EDUCAÇÃO FISCAL NAS ESCOLAS. Disponível em: www.sefaz.ba.gov.br/campanhas/educacaofiscal/index.htm . Acesso em 20 de nov. 2008.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FISCAL. Disponível em: www.receita.pb.gov.br/edufiscal/institucional2.htm . Acesso em 20 de nov. 2008.

http://revistaescola.abril.com.br/matematica/pratica-pedagogica/educacao-fiscal-licao-cidadania-matematica-427088.shtml. Acesso em 10 abr 2013.